

A PREECHER PELOS SERVIÇOSLoja AIMA: _____ Entrada n.º: _____
NIE: _____ MC: Consta/Não Consta**Eu, abaixo identificado,**

1. Nome / Name / Nom _____
2. Filiação: (Pai, Father, Père), _____ (Mãe, Mother, Mère), _____
3. Nacionalidade (País) / Nationality (Country) / Nationalité (Pays): _____
4. Data de Nascimento / Date of Birth / Date de Naissance: ____ / ____ / ____
5. Sexo / Sex / Sexe: M F
6. Estado Civil / Marital Status / État Civil: _____
7. Endereço Permanente / Permanent Address / Adress – Rua / Street / Rue: _____
Localidade / Location / Localité: _____
- Código Postal / Postal Code / Code Postal: _____ - ____; Telefone / Telephone: _____; E-mail: _____
8. Passaporte N.º / Passport No. / Passeporte No: _____; Emitido em / Issued by / Passe à: ____ / ____ / ____
Data de Emissão / Date of Issue / Délivree le: ____ / ____ / ____; Data de Validade / Expiry Date / Valable Jusqu'au: ____ / ____ / ____

Venho requerer:

- Concessão de A.R. TEMPORÁRIA / PERMANENTE nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Renovação de A.R. TEMPORÁRIA / PERMANENTE nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão / Renovação de E.R.L.D. nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão / Renovação de A.R.I. nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão de A.R.I. Permanente nos termos do art.º 65-K do DR 9/2018, de 11 de setembro, conjugado com o Art.º 80.º da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão / Renovação de Cartão Azul UE nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Reagrupamento Familiar nos termos do n.º _____ do art.º _____ da Lei 23/2007 de 4 de julho, na sua atual versão, a favor de _____
_____ (Vínculo Familiar). Havendo lugar à
solicitação de Visto de Residência indico como Representação Diplomática Portuguesa _____
- Alteração de dados / Segunda via de A. R. / E.R.L.D. / A.R.I. / Cartão Azul UE, nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Mau estado Extravio / Furto Morada Estado civil Outro: _____

Apresentando os seguintes documentos:

- Passaporte ou outro documento de viagem válido IRS
- Meios de Subsistência Seguro de Saúde/SNS
- Alojamento Comprovativo de Conhecimento de Português Básico
- Outros: _____

Pede deferimento:

_____, ____ / ____ / _____

1. Declaro prestar estas informações de boa fé e que as mesmas são exatas e corretas. Qualquer declaração falsa da minha parte implicará a não apreciação deste pedido, sem prejuízo das ações previstas pela legislação em vigor.
2. Declaro que Autorizo Não Autorizo a AIMA, I.P., a trocar informação que me é referente com as Finanças e com a Segurança Social, com o objetivo de apurar a situação retributiva, bem como para a consulta do Registo Criminal português junto dos serviços do Ministério da Justiça.

No caso de não autorizar, comprometo-me a apresentar, no prazo de 10 dias úteis, os documentos determinados nos artigos 42.º-B a 42.º-U do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, consoante os casos, para comprovação dos requisitos previstos para o tipo de pedido acima indicado, sob pena de eventual indeferimento do mesmo.

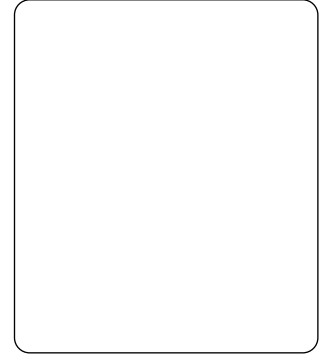
3. Tomei conhecimento que, para a finalidade de procedimento de regularização da entrada e permanência em território nacional, os meus dados pessoais acima constantes são recolhidos e processados informaticamente pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.) no âmbito das suas atribuições, constantes do n.º 2 do artigo 3.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei 41/2023, de 2 de junho, bem como para cumprimento do previsto na Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, e do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, nas suas redações atuais. Não existem decisões automatizadas ou definição de perfis.

Os dados pessoais são tratados exclusivamente para a finalidade acima indicada e decorrente do cumprimento das competências legais da AIMA, I.P., sendo conservados pelo período estritamente necessário à prossecução da mesma.

Os dados pessoais poderão ser partilhados com outras entidades cuja comunicação se revele necessária e indispensável à prossecução da finalidade acima mencionada ou no cumprimento de obrigações legais, designadamente o dever de comunicação às entidades públicas previsto no artigo 215.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua atual redação.

Para mais informações sobre a Política de Privacidade e para o exercício dos seus direitos relativos à proteção de dados poderá consultar o portal online da AIMA, I.P., na área de Proteção de Dados.

Informa-se, ainda, que poderá exercer o direito de reclamação junto da Autoridade Nacional de Proteção de Dados competente.



Assinatura / Signature: _____ Impressão Digital / Fingerprint / Empreinte Digitale |___|___|

CERTIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOCUMENTAL

Para todos os efeitos legais, atesta-se que os documentos constantes do presente processo administrativo integrante do fluxo de trabalho eletrónico usado pela AIMA, I.P. (cfr. Art.º 212, n.º 8 da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão) foram integrados informaticamente com a exibição dos respetivos originais. **Pelo que mesmo se consideram certificados e autenticados para todos os efeitos legais.**

Nos termos do n.º 2 do art.º 12.º da Portaria 170/2007, de 6 de fevereiro, e para efeitos de requerimento para emissão de certificado do registo criminal, declaro que foi verificada a legitimidade do requerente para efetuar o pedido e confirmados os dados de identificação para efeito.

Funcionário: _____ (Nome e Categoria)